



JANEIRO 95

D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

O marasmo da continuidade

Todo governo, nos primeiros dias enfrenta dificuldades para administrar a herança deixada pelo antecessor e abrir seu caminho.

Imaginava-se que, com Fernando Henrique, o começo seria diferente, quase uma continuidade, por ter sido ele o patrono do Real e por ter mantido a equipe econômica.

Não houve rompimento, mas também não houve continuidade. A menos que se considere continuidade o marasmo que se instalou. Os ajustes feitos pelo ex-ministro da Fazenda Ciro Gomes foram mantidos, apesar das ameaças de um aperto maior no crédito aqui, uma reformulação da política cambial ali.

Disfarçando choques entre si, a velha equipe econômica — agora acrescida do ministro do Planejamento, José Serra — voltou a exercitar seu esporte preferido: anunciar que pretende fazer mudanças na política tributária e na Constituição como um todo.

A aparência é a de que foi estabelecida uma estratégia de governo: só começar a agir depois de adequar a legislação às intenções dos novos detentores do poder.

Qualquer observador da política brasileira sabe que não se faz mudanças profundas na legislação em curto espaço de tempo. As variadas tendências que compõem o Congresso, o fisiologismo, o absentismo e as crises, tudo conspira para um andamento moroso nas decisões legislativas.

Dentro do próprio governo, sabe-se disso. O ministro da Previdência Social, Reinhold Stephanes, falando sobre a reforma previdenciária, mostrou que seu otimismo não é grande. "Na melhor das hipóteses, ela só sairá por volta de julho", disse.

Fernando Henrique teve mais de um exemplo das dificuldades legislativas no curto espaço de tempo em que ocupa a presidência. Como a situação criada por um grupo de senadores que chantageou o Executivo, trocando a aprovação do nome de Pêrsio Arida para a presidência do Banco Central pela anistia ao senador Humberto Lucena.

Se ocorrer a previsível demora na aprovação das reformas, será criada uma situação complicada: como não há intenção de por em prática qualquer política com a legislação existente, o governo se verá imobilizado.

É como a história do pescador que morre de fome porque só sabe pescar com a rede que não tem, enquanto a seu lado uma vara de anzol fica abandonada.